

Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.

CNPJ: 14.422.483/0001-27

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor-Presidente
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção
Mara Ayesha Lopez Berrios	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.474	16.052
Títulos e valores mobiliários		10	578
Contas a receber de clientes	4	7.915	12.252
Outros tributos compensáveis		98	97
Outros créditos	5	3.050	1.916
Total do ativo circulante		14.547	30.895
<u>Ativo não circulante</u>			
Imobilizado	6	158.945	164.589
Intangível	7	20.260	21.154
Total do ativo não circulante		179.205	185.743
Total do ativo		193.752	216.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	6.251	6.385
Obrigações por arrendamentos	9	39	61
Salários, provisões e encargos sociais		38	38
Imposto de renda e contribuição social a pagar		436	81
Outras obrigações fiscais		13	-
Encargos setoriais		15	15
Dividendos a pagar	13	15.027	4.392
Redução de capital	13	38.500	-
Outras obrigações	12	1.096	1.755
Total do passivo circulante		61.415	12.727
<u>Passivo não circulante</u>			
Obrigações por arrendamentos	9	2.207	2.224
Provisão para desmantelamento	10	342	504
Total do passivo não circulante		2.549	2.728
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	119.320	184.320
Reserva legal		4.131	3.686
Reservas de lucros		6.337	13.177
Total do patrimônio líquido		129.788	201.183
Total do passivo e do patrimônio líquido		193.752	216.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2022	2021
Receita líquida	14	29.419	62.873
Custo do serviço	15	(19.509)	(41.641)
Lucro bruto		9.910	21.232
Despesas operacionais	15		
Despesas gerais e administrativas		(1.092)	(1.069)
Outras receitas operacionais		1.964	25
Total (despesas) receitas operacionais		872	(1.044)
Resultado do serviço		10.782	20.188
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		960	1.508
Despesas financeiras		(788)	(864)
Total do resultado financeiro		172	644
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.954	20.832
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2.059)	(2.338)
		(2.059)	(2.338)
Lucro líquido do exercício		8.895	18.494
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)		0,07	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.895	18.493
Total de outros resultados abrangentes do exercício	8.895	18.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Proposta para distribuição		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	189.520	2.761	6.349	-	-	198.630
Redução de capital	(5.200)	-	-	-	-	(5.200)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.494	18.494
Proposta para destinação do resultado						
Reserva legal	-	925	-	-	(925)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(4.392)	(4.392)
Dividendo adicional proposto	-	-	(6.349)	-	-	(6.349)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	13.177	-	(13.177)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.320	3.686	13.177	-	-	201.183
Redução de capital	(65.000)	-	-	-	-	(65.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.895	8.895
Aprovação da proposta de destinação para dividendos adicionais propostos	-	-	(13.177)	-	-	(13.177)
Proposta para destinação do resultado						
Reserva legal	-	445	-	-	(445)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.113)	(2.113)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	6.337	(6.337)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	119.320	4.131	-	6.337	-	129.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.895	18.494
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Encargos de arrendamento	267	251
Depreciação e amortização	7.621	7.829
Atualização financeira - desmantelamento	53	83
Valor residual de intangível e imobilizado	-	3.059
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.059	2.338
Provisões para processos judiciais	-	37
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	4.337	(2.777)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(161)	(74)
Outros tributos compensáveis	(1)	(37)
Outros créditos	(1.134)	(298)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(134)	2.913
Salários, provisões e encargos sociais	-	38
Outras obrigações fiscais	13	(324)
Encargos setoriais	-	15
Outras obrigações	(659)	807
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.543)	(2.417)
Pagamentos de juros de arrendamento	(267)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	19.346	29.937
Atividades de investimentos:		
Adições de ativos imobilizado e intangível	(1.265)	(5.162)
Títulos e valores mobiliários	568	(578)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(697)	(5.740)
Atividades de financiamentos:		
Redução de capital	(26.500)	(5.200)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(72)	(276)
Pagamento de dividendos	(4.655)	(8.467)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(31.227)	(13.943)
Varição no caixa líquido da Companhia	(12.578)	10.254
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.052	5.798
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.474	16.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 30 de setembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial eólico de 30,55 MW no município de Tacaratu, Estado de Pernambuco, que foi objeto do Leilão nº 02/2011-ANEEL, com contrato vigente até 26 de março de 2047.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 02 de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para processos judiciais e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	23	-
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	438	6.114
Operações compromissadas	3.013	9.938
Total	3.474	16.052

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os Certificados de Depósitos Bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 99% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021). Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos mais de 90 dias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
	Suprimentos de Energia - ACL - Ambiente de Contratação Livre	657	18	675
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	829	-	829	-
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	1.779	587	2.366	6.340
Contas a receber - partes relacionadas (nota 18)	567	3.640	4.207	4.629
	<u>3.832</u>	<u>4.245</u>	<u>8.077</u>	<u>12.414</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(2)	(160)	(162)	(162)
Total	<u>3.830</u>	<u>4.085</u>	<u>7.915</u>	<u>12.252</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Curto Prazo – MCP e Ambiente de Contratação Regulado - ACR) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(162)	(1)	1	(162)
Total	<u>(162)</u>	<u>(1)</u>	<u>1</u>	<u>(162)</u>

	31.12.2020	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(162)	(162)
Total	<u>(162)</u>	<u>(162)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Outros créditos

	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos a fornecedores	714	701
Peças de reposição (a)	2.336	1.215
Total	3.050	1.916

(a) O saldo de R\$ 2.336 (R\$ 1.215 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à materiais, peças e aparatos mantidos pela Companhia para gerenciamento, manutenção e operação dos parques solares.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Terrenos	239	-	-	-	-	239
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	22.314	-	-	(215)	-	22.099
Máquinas e equipamentos	171.915	-	-	-	1.824	173.739
Veículos	193	-	-	-	-	193
Linhas de transmissão	10.131	-	-	-	-	10.131
	204.792	-	-	(215)	1.824	206.401
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(5.101)	-	(745)	-	-	(5.846)
Máquinas e equipamentos	(39.062)	-	(5.532)	-	-	(44.594)
Veículos	(53)	-	(27)	-	-	(80)
Linhas de transmissão	(1.732)	-	(317)	-	-	(2.049)
	(45.948)	-	(6.621)	-	-	(52.569)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	3.630	1.243	-	-	(1.824)	3.049
	3.630	1.243	-	-	(1.824)	3.049
Total do imobilizado	162.474	1.243	(6.621)	(215)	-	156.881
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.115	33	(84)	-	-	2.064
	2.115	33	(84)	-	-	2.064
Total	164.589	1.276	(6.705)	(215)	-	158.945

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Terrenos	239	-	-	-	-	239
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	23.040	-	-	(726)	-	22.314
Máquinas e equipamentos	171.065	2.546	-	-	1.514	171.915
Veículos	193	-	-	-	-	193
Linhas de transmissão	10.131	-	-	-	-	10.131
	204.668	2.546	-	(726)	1.514	204.792
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(4.339)	-	(762)	-	-	(5.101)
Máquinas e equipamentos	(33.503)	-	(5.710)	-	-	(39.062)
Veículos	(26)	-	(27)	-	-	(53)
Linhas de transmissão	(1.384)	-	(348)	-	-	(1.732)
	(39.252)	-	(6.847)	-	-	(45.948)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	2.528	2.616	-	-	(1.514)	3.630
	2.528	2.616	-	-	(1.514)	3.630
Total do imobilizado	167.944	5.162	(6.847)	(726)	-	162.474
Ativo de direito de uso						
Terrenos	1.644	547	(76)	-	-	2.115
	1.644	547	(76)	-	-	2.115
Total	169.588	5.709	(6.923)	(726)	-	164.589

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Veículos	0,42%
Linhas de transmissão	2,50%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	25

7. Intangível

O ativo intangível corresponde ao direito de exploração de autorizações originado de contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques eólicos.

De acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, para os contratos de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2022 o passivo dos pagamentos futuros de tais contratos, R\$ 38 no passivo circulante e R\$ 2.207 no passivo não circulante, (R\$ 61 e R\$ 2.224 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente) em contrapartida ao direito de uso do ativo arrendado (nota explicativa 6).

Abaixo demonstramos a movimentação da obrigação por arrendamentos:

	31.12.2022	Valor nominal	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Obrigações por arrendamento						
Terrenos	2.246	4.071	01/03/2047	294	Mensal	de 0,00% a.a até 12,98% a.a
Total	2.246	4.071				
Circulante	39					
Não circulante	2.207					

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	46	1.717	1.763
Adição	-	547	547
Pagamentos - principal	(276)	-	(276)
Transferências	40	(40)	-
Encargos provisionados	251	-	251
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61	2.224	2.285
Adição	-	33	33
Pagamentos - principal	(72)	-	(72)
Pagamentos - juros	(267)	-	(267)
Transferências	50	(50)	-
Encargos provisionados	267	-	267
Saldo em 31 de dezembro de 2022	39	2.207	2.246

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31.12.2022		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2023	304	(265)	39
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	846	(782)	64
Até 2 anos - 2024	282	(263)	19
Até 3 anos - 2025	282	(261)	21
Até 4 anos - 2026	282	(258)	24
2027 em diante	2.898	(755)	2.143
Total circulante e não circulante	4.048	(1.802)	2.246

10. Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento está relacionada com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original, dessa forma, a provisão é reconhecida como parte dos custos do ativo imobilizado e a atualização financeira no resultado utilizando taxa de desconto (pró-rate), conforme movimentação abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo do início do exercício	504	1.147
Revisão da estimativa	(215)	(726)
Atualização financeira	54	83
Saldo do final do exercício	343	504

11. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como provável.

11.1 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	2	1
Fiscais	8.867	8.301
Total	8.869	8.302

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Fiscais:

A Companhia discute em Execuções Fiscais temas de ICMS com o Estado de Pernambuco no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 3.136 (R\$ 3.100 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia ainda discute administrativamente Auto de Infração de ISS com o município de Tacaratu no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 5.372 (R\$ 4.875 em 31 de dezembro de 2021).

Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de Multa, IRPJ e CSLL cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 359 (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2021).

12. Outras obrigações

	31.12.2022	31.12.2021
Outras Obrigações	79	79
Outras Obrigações - partes relacionadas (nota 18)	980	1.640
Total	1.059	1.719

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 119.320 (R\$ 184.329 em 2021), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	117.225.974	98,25%	182.225.974	98,86%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	2.093.553	1,75%	2.093.553	1,14%
Total	119.319.527	100,00%	184.319.527	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi efetivada a redução do capital da Companhia, por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 65.000, com cancelamento de 65.000.000 ações detidas pela controladora Enel Brasil S.A. A restituição do valor das ações será efetuada em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2023.

13.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 4.131 (R\$ 3.686 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13.3 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 08 de julho de 2022 da Companhia deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$ 13.176.

13.4 Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se encontra detalhada abaixo:

	31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	4.392	13.177	2.113	(4.655)	15.027

	31.12.2020	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2021
		Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	2.118	6.349	4.392	(8.467)	4.392

13.5 Distribuição de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	8.895	18.494
(-) Reserva legal	(445)	(925)
Lucro ajustado	8.450	17.569
Dividendo mínimo obrigatório	(2.113)	(4.392)
Reserva estatutária	-	(13.177)
Reserva para reforço de capital de giro	(6.337)	-
	-	-

14. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	3.154	18.865
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 18)	19.895	39.491
Receita de comercialização de energia elétrica	7.677	7.003
	30.726	65.359
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(982)	(1.960)
Pis	(212)	(425)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(113)	(101)
	(1.307)	(2.486)
Total	29.419	62.873

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022			2021				
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Material	(1)	-	-	(1)	(16)	-	-	(16)
Serviços de terceiros	(3.358)	(12)	-	(3.370)	(2.645)	19	-	(2.626)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 18)	-	(1.001)	-	(1.001)	-	(987)	-	(987)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.934)	-	-	(3.934)	(13.965)	-	-	(13.965)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 18)	(2.870)	-	-	(2.870)	(15.718)	-	-	(15.718)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.327)	-	-	(1.327)	(1.180)	-	-	(1.180)
Depreciação e amortização	(7.571)	(50)	-	(7.621)	(7.778)	(50)	-	(7.828)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Transporte de potência de energia	(12)	-	-	(12)	(6)	-	-	(6)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 18)	(15)	-	-	(15)	(13)	-	-	(13)
Seguros	(422)	-	-	(422)	(305)	-	-	(305)
Indenização lucros cessantes	-	-	775	775	-	-	-	-
Indenização de danos materiais	-	-	1.189	1.189	-	-	-	-
Outras receitas (despesas)	1	(29)	-	(28)	-	(51)	25	(26)
Total	(19.509)	(1.092)	1.964	(18.637)	(41.641)	(1.069)	25	(42.685)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	609	421
Varição cambial	-	507
Varição cambial realizada	187	-
Outras receitas financeiras	164	580
	960	1.508
Despesas financeiras		
Varição cambial	(415)	(479)
Varição cambial realizada	-	(6)
Encargos de dívidas	-	(3)
Atualização de impostos e multas	(17)	(19)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(32)	(23)
Atualização financeira desmantelamento	(54)	(83)
Juros em arrendamento	(267)	(251)
Outras despesas financeiras	(3)	-
	(788)	(864)
Total	172	644

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022	2021
Receita de suprimento de energia elétrica	30.726	65.359
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.458	5.229
Rendimento de aplicações financeiras	609	421
Variação cambial realizada	187	-
Outras receitas financeiras	164	580
Outras receitas	1.964	-
Total base de cálculo	5.382	6.230
Alíquota do imposto de renda (15%)	(808)	(938)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(514)	(602)
Total do imposto de renda	(1.322)	(1.540)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.687	7.843
Rendimento de aplicações financeiras	609	421
Variação cambial realizada	187	-
Outras receitas financeiras	164	580
Outras receitas	1.964	-
Total base de cálculo	6.611	8.844
Alíquota da contribuição social (9%)	(595)	(798)
Ajuste de anos anteriores	(142)	-
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.059)	(2.338)

18. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

18.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo	Despesas	Despesas
Compartilhamento de despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	2.114	1.494	(1.002)	(987)
Mútuo		-	-	-	(3)
Dividendos	Dezembro de 2021 a dezembro de 2023	(12.687)	-	-	-
Redução de capital (nota 13)		(38.500)	-	-	-
Total		(49.073)	1.494	(1.002)	(990)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra/venda de energia		(320)	517	17.198	23.774
Enel Green Power Ventos de Santa Angela 7 S.A		-	-	-	13
EGP Modelo I Eólica		-	-	-	(69)
EGP Modelo II Eólica		-	-	-	(98)
EGP São Gonçalo 14	Agosto de 2021	-	-	-	52
EGP Boa Vista Eólica S.A		-	-	-	(98)
Alvorada Energia S.A		-	-	-	(26)
Enel Green Power Cachoreira Dourada		(558)	(558)	-	-
EGP Ventos de Santa Esperança 15	Setembro de 2021	-	67	-	67
Enel Trading Brasil	Janeiro de 2021 a dezembro de 2023	238	1.008	17.198	23.933
Compartilhamento das despesas comuns		71	4	-	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica	Até o final da concessão	4	4	-	-
EGP Ventos de Santa Esperança 15	Até o final da concessão	67	-	-	-
Transporte de energia		(2)	(2)	(15)	(13)
Enel Cien S.A	Até o final da concessão	(2)	(2)	(15)	(13)
Suporte operacional		(3.048)	(2.823)	-	-
Enel Green Power S.P.A	Janeiro de 2014 até o término dos serviços	(3.048)	(2.823)	-	-
Dividendos		(227)	-	-	-
EGP Desenvolvimento Ltda	Dezembro de 2021 a dezembro de 2023	(227)	-	-	-
Compra e venda de estoque		(172)	-	(172)	-
EGP Desenvolvimento Ltda	Até o final da concessão	(172)	-	(172)	-
Total		(3.698)	(2.304)	17.011	23.761

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruïção de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Transporte de energia: O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Mútuo: As operações de mútuos foram contratadas conforme as necessidades de capital de giro das mutuárias e disponibilidade de capital da mutuante.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	3.474	3.474	16.052	16.052
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	10	10	578	578
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	7.915	7.915	12.252	12.252
			11.399	11.399	28.882	28.882
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	6.251	6.251	6.385	6.385
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	2.246	2.246	2.285	2.285
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	15.027	15.027	4.392	4.392
			23.524	23.524	13.062	13.062
Total			34.923	34.923	41.944	41.944

19.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

19.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

19.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

19.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	(3.474)	(16.052)
Títulos e valores mobiliários	(10)	(578)
Dívida líquida	(3.484)	(16.630)
Patrimônio líquido	129.788	201.182
Índice de endividamento líquido	-3%	-9%

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	221.380	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	NA	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	NA	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	NA	103.723

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

21. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.